

AGENDA

● Copom anuncia Selic

O Comitê de Política Monetária (Copom) anuncia decisão sobre a taxa de juros Selic, atualmente em 12,25% ao ano.

● IBGE divulga PIM-PF

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga, às 9h, os resultados de janeiro da Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM-PF).

● HSBC publica PMI de serviços

O HSBC divulga, às 10h, o índice de atividade dos gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) do setor de serviços do Brasil.

● Dilma recebe líderes de partidos

A presidente Dilma Rousseff recebe, às 10h, líderes dos partidos da base no Senado. O encontro deve ocorrer no Palácio do Planalto.

● Levy se reúne com Rossi

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, se reúne com o presidente da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização, Marco Antônio Rossi.

● Embraer revela balanço

A Embraer divulga seus resultados do 4º trimestre de 2014. Gerdau e CCR também publicam balanço nesta quarta-feira.

Lista de Janot chega ao STF; 54 são citados, entre eles Renan Calheiros e Eduardo Cunha

A Procuradoria-Geral da República encaminhou ao STF 28 pedidos de abertura de inquérito contra 54 políticos citados como beneficiários do esquema de corrupção na Petrobras. Os presidentes do Senado, Renan Calheiros (AL), e da Câmara, Eduardo Cunha (RJ), ambos do PMDB, foram avisados de que seus nomes estão na lista. Os delatores da Operação Lava Jato também citaram parlamentares de PT, PP, PSDB e PSB. O procurador-geral, Rodrigo Janot, enviou ainda ao ministro do Supremo, Teori Zavascki, relator das ações relativas ao esquema de corrupção na estatal, sete solicitações de arquivamento. Esses pedidos, contudo, não necessariamente excluem uma pessoa da investigação. Os nomes que aparecem na lista não foram divulgados pelo STF porque o caso está sob sigilo de Justiça. A presidente Dilma Rousseff está preocupada com o agravamento das tensões no Congresso após o pedido de investigação.

Renan devolve MP de desonerações em retaliação a Dilma



EDUARDO ESTADÃO

Contrariado por não ver interesses políticos atendidos, o presidente do Senado, **Renan Calheiros** (PMDB-AL), determinou a devolução da Medida Provisória 669, que reduz o benefício fiscal de desoneração da folha de pagamentos e integra as medidas tomadas pelo governo na tentativa de equilibrar as contas da União num cenário de declínio na área econômica. A retaliação ao governo ocorreu no momento em que Renan foi avisado de que estará entre os futuros investigados da Operação Lava Jato. Menos de duas horas depois, a presidente Dilma Rousseff assinou projeto de lei com urgência constitucional que retoma os termos da MP.

Petrobras poderá captar até US\$ 19 bilhões no mercado

A Petrobras foi liberada para buscar financiamento, ainda neste ano, de até US\$ 19 bilhões, segundo fonte envolvida nas negociações. A cifra corresponde a 14% do endividamento da estatal, de US\$ 130 bilhões. A tentativa de captação foi aprovada na última reunião do conselho de administração da empresa. Apesar do aval dos controladores, não há uma definição sobre o modelo da operação, que está sendo desenhado pela nova diretoria financeira. Enquanto as finanças da estatal estavam nas mãos de Graça Foster, a intenção era recorrer à ajuda de bancos públicos de, no máximo, R\$ 6 bilhões.

MANCHETES DO DIA

O Estado de S. Paulo (SP)

Lista de Janot chega ao STF; 54 são citados, entre eles Renan e Cunha

Folha de S. Paulo (SP)

Alvo da Lava Jato, Renan retalia e derrota governo no ajuste fiscal

Valor Econômico (SP)

Embate político abala ajuste fiscal

O Globo (RJ)

Investigação agrava crise

The New York Times (EUA)

No Congresso, Netanyahu critica 'acordo ruim' sobre Irã

The Wall Street Journal (EUA)

Netanyahu pede ao Congresso que bloquee 'acordo ruim' com Irã

Financial Times (RU)

Saída de bancos de investimento ganha força

El País (ESP)

"Com o nível de desemprego da Espanha, não podemos dar a crise como acabada"

Correio Braziliense (DF)

Lava Jato: Janot pede abertura de 28 inquéritos contra políticos

Zero Hora (RS)

Renan e Cunha na lista de Janot

Gazeta do Povo (PR)

Lista entregue ao STF traz presidentes do Senado e da Câmara e mais 52 pessoas

Diário Catarinense (SC)

40 dias para amenizar impactos

broadcast+

Novos aplicativos

+ mobilidade + informações + decisões em qualquer lugar.



Faça o download agora!



broadcast **AGÊNCIA ESTADO**
credibilidade • cobertura • comunidade

Grande São Paulo 11 3856.3500
Outras Localidades 0800 011 3000
www.ae.com.br/faleconosco

f /AEbroadcast

ECONOMIA

Manifestações perdem fôlego

Um dia após a presidente Dilma Rousseff sancionar a Lei dos Caminhoneiros, os bloqueios em rodovias tiveram ontem a menor intensidade desde o início dos protestos. No final da tarde, a Polícia Rodoviária Federal registrava apenas sete pontos de interdições parciais no Rio Grande do Sul. Os efeitos de duas semanas de bloqueios, porém, ainda afetam os Estados. A PRF passou a escoltar comboios para garantir o abastecimento de combustíveis, que já faltam em algumas cidades, principalmente no Rio Grande do Sul. Em Três Passos, as aulas na rede pública estão suspensas porque os ônibus que transportam alunos estão com os tanques vazios.

DESTAQUES DA IMPRENSA

Vitória da Argentina na OMC beneficia exportador brasileiro

A decisão da Organização Mundial do Comércio (OMC) de considerar ilegal a proibição imposta pelos EUA à Argentina em relação à entrada de carne bovina in natura poderá favorecer o Brasil, de acordo com o jornal Valor Econômico. Os embates da Argentina com os EUA para derrubar a barreira duram 12 anos e, mais recentemente, o governo de Cristina Kirchner abriu o contencioso na OMC como uma retaliação à denúncia do governo americano, da União Europeia e do Japão contra barreiras impostas pela Argentina.

Governo estuda imposto para doação e herança

O governo avalia propor ao Congresso a criação de um imposto federal para taxar a renda dos contribuintes obtida por meio de doações e heranças e outros tipos de transferências que não envolvam a venda de ativos. A medida seria uma forma de ampliar a base de tributação e atingir contribuintes com renda mais elevada. Para ser aprovada, porém, uma medida desse tipo exigirá mudança na Constituição Federal e dois turnos de votação. Em fase inicial de estudos, a ideia é uma alternativa à tributação de grandes fortunas, defendida pelo PT, mas considerada ineficiente pela área técnica do Ministério da Fazenda. Com a ampliação da taxa, o governo espera conseguir melhorar a distribuição de renda no País. "É uma maneira de atingir uma camada mais favorecida e distribuir a renda", disse uma fonte da área econômica.

Levy enfrenta pressão de Estados e prefeituras



O ministro da Fazenda, **Joaquim Levy**, enfrenta forte desgaste político pela demora na regulamentação da lei que altera o indexador das dívidas e reduz o estoque dos débitos de Estados e municípios com a União. Sancionada há três meses, a lei ainda não foi regulamentada. A pressão é um ingrediente a mais na crise política no Congresso, que levou ontem o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros (PMDB-AL), a devolver a medida provisória (MP) que eleva a tributação dos setores desonerados da folha de pagamentos. Além da ofensiva do PT a favor da regulamentação, governadores e prefeitos de outros partidos beneficiados pela alteração na lei começaram a mobilizar suas bases no Congresso para pressionar Levy.

5,8 milhões de famílias perdem desconto na conta de luz

O governo excluiu 5,8 milhões de famílias do programa Tarifa Social da Baixa Renda neste ano, quase metade do total de beneficiados. O programa, que concede desconto na conta de luz de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, é uma das principais bandeiras dos governos Dilma Rousseff e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O número de excluídos foi obtido pelo Broadcast, serviço em tempo real da Agência Estado, com fontes do setor. Até o ano passado, 13,1 milhões de famílias tinham direito à Tarifa Social.

INDICADORES FINANCEIROS

● Salário Mínimo Nacional	R\$ 788,00
● IPCA-IBGE - janeiro	1,24%
● IGPM-FGV - fevereiro	0,27%
● IPC-FIPE - fevereiro	1,40%
● TR pré (02/03)	0,1633%
● TBF (02/03)	0,9746%
● Ibovespa (03/03)	0,56% ; vol. R\$ 5,348 bi
● Poupança Nova (04/03)	0,5434%
● CDB pré 33 dias (03/03)	0,12161 / 0,12182
● CDB pré 60 dias (03/03)	0,12162 / 0,12304
● CDI acumulado mês (03/03)	0,09%
● CDI anualizado (03/03)	12,09%
● Dólar Comercial (03/03)	R\$ 2,8960/R\$ 2,9190
● Dólar Turismo (03/03)	R\$ 2,9700/R\$ 3,0900
● Euro Turismo (03/03)	R\$ 3,3200/R\$ 3,5900
● Dólar Papel SP (03/03)	R\$ 3,0800/R\$ 3,0800

* ÍNDICE QUE INTEGRA CÁLCULO DO IGP-M

FONTE: AE DADOS

MERCADO FINANCEIRO

Risco político permeia negócios e juros futuros sobem

O risco político permeou os negócios durante a sessão de ontem, imputando alta às taxas dos contratos futuros de juros e ao dólar ante o real, além de ajudar a emperrar os negócios na Bovespa. Os investidores passaram o dia à espera dos nomes de políticos envolvidos na Operação Lava Jato. O dólar no mercado à vista de balcão teve valorização de 0,90%, cotado na máxima de R\$ 2,9190 - maior patamar desde 3 de setembro de 2004. Os juros futuros também voltaram a subir. As taxas de prazos intermediários e longos, contudo, refletiram também o aumento das tensões envolvendo o Congresso e o Executivo. A taxa de juros para janeiro de 2021 saltou a 12,48%, ante os 12,41% de segunda-feira. Os vencimentos curtos se moveram menos, com os investidores convictos de que o Copom elevará a Selic (taxa básica de juros) em 0,50 ponto porcentual hoje, para 12,75% ao ano. A Bovespa também teve influência do quadro político, sobretudo à tarde, quando a ausência de novidades econômicas diminuiu o ritmo dos negócios. Com a alta das ações de Vale e Petrobras, o Ibovespa teve avanço de 0,56%, aos 51.304,10 pontos. No exterior, as bolsas norte-americanas tiveram um pregão de realização de lucros. O Dow Jones teve baixa de 0,47%, o S&P 500 cedeu 0,45% e o Nasdaq caiu 0,60%. **(AE)**



POLÍTICA

Plenário do Senado aprova restrição a fusão de siglas

O Senado aprovou em regime de urgência e por votação simbólica o projeto de lei que cria a quarentena para a fusão de partidos políticos. A proposta é conhecida por "Lei Anti-Kassab", porque impede que o ministro Gilberto Kassab (Cidades) dê seguimento à ideia de fundir o PSD, do qual é presidente, com o PROS, do ministro Cid Gomes (Educação), e o futuro PL, em gestação. A proposta segue agora para sanção presidencial. O projeto foi apresentado pelo DEM, que nunca aceitou o fato de Kassab ter atacado a legenda por dentro, levando os dissidentes para o PSD, em 2011. E foi apoiado pelo PMDB, que estava incomodado com a movimentação de ministros petistas, que passaram a incentivar o crescimento do partido de Kassab, na intenção de reduzir o tamanho e o peso do partido. A proposta determina que um partido recém-criado terá de aguardar pelo menos cinco anos a partir da obtenção do registro definitivo para fundir-se a outra legenda.

Justiça Federal determina deportação de Cesare Battisti



MARCOS DE ENLHE/ESTADÃO - 10/07/2008

A Justiça Federal determinou que o ex-ativista italiano Cesare Battisti, condenado na Itália por assassinato, seja deportado do Brasil. Em sentença do dia 26, a juíza Adverci Rates Mendes de Abreu, da 20.ª Vara Federal em Brasília, acolheu ação civil da Procuradoria da República e considerou irregular a concessão de visto permanente ao italiano. Tanto a defesa de Battisti quanto a Advocacia-Geral da União (AGU) disseram que vão recorrer da decisão. A juíza acolheu a tese pela qual a procuradoria aponta violação da Lei 6.815, de 1980, conhecida como Estatuto do Estrangeiro, que proíbe a concessão de visto de permanência definitiva no Brasil a estrangeiro condenado em outro país por crime doloso (com intenção). Battisti foi condenado naquele país à prisão perpétua por envolvimento em quatro assassinatos cometidos nos anos 1970.

Ministros negociam fim de ocupação do MST em fazenda de aliado

O ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, disse ontem que o governo está em busca de uma "saída negociada" para que haja a desocupação da fazenda Santa Mônica, em Goiás, de propriedade do senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), invadida pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Anteontem, os trabalhadores invadiram a sede da fazenda. O prazo acertado para a desocupação da propriedade termina hoje. A busca de uma saída para o impasse criado com a ocupação da propriedade rural pelo MST faz parte de um esforço maior do Planalto para agradar as lideranças do PMDB.

DESTAQUES DA IMPRENSA

Rio: governo do Estado põe fim a subsídio nas passagens do metrô

O governo do Rio de Janeiro vai acabar com o subsídio aos passageiros nas tarifas da passagem do metrô devido a uma "grave crise financeira", de acordo com reportagem do jornal Folha de S. Paulo. O novo valor será pago pelos usuários do Bilhete Único, que vai subir dos atuais R\$ 3,20 para R\$ 3,70. O Estado do Rio banca a diferença entre as duas tarifas desde o ano passado e o subsídio custou R\$ 35 milhões ao governo, o que agravou o atual cenário financeiro do Estado, ainda segundo a Folha. O reajuste será aplicado no dia 2 de abril.

Câmara negocia folha de pagamento para bancar shopping

A Câmara dos Deputados negocia com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a folha de pagamento dos 16 mil servidores da Casa, adquirida pelas duas instituições financeiras em 2008 por R\$ 220 milhões. Esse valor, atualizado, chega a mais de R\$ 300 milhões. A transação visa reforçar o caixa da Câmara, que tem previsto construir seu anexo - um complexo de três prédios com gabinetes, um plenário novo e um shopping center com orçamento estimado em R\$ 1 bilhão. O valor negociado atualmente para a venda de folha de pagamento ainda é mantido em sigilo.

INTERNACIONAL

Bibi diz que acordo facilitará acesso do Irã a arma nuclear

Em discurso interrompido 43 vezes por aplausos, o primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, disse ontem no Congresso dos EUA que o acordo negociado pelo presidente Barack Obama com o Irã dá ao país islâmico a garantia de obter armas nucleares e representa ameaça à sobrevivência de Israel e à paz mundial. Obama rejeitou a acusação e afirmou que a ausência de um pacto é que levará Teerã à bomba atômica. O premiê descreveu o Irã como um país comandado por um governo de aspiração hegemônica, que busca exportar sua revolução islâmica para o restante do Oriente Médio.

França vai limitar financiamento externo de centros islâmicos

O governo francês enfrentará o financiamento externo para a construção de centros religiosos e comunitários muçulmanos na França. A ideia é restringir a influência econômica e religiosa de pregadores estrangeiros para reduzir o doutrinação radical no país europeu. Durante discurso, o primeiro-ministro francês, Manuel Valls, afirmou que, além de lançar novas ferramentas de financiamento, o governo estimulará a formação de novos imãs. Segundo o premiê, os obstáculos à afirmação de um "Islã da França", que seja moderado e respeite o Estado secular, serão removidos.

Unasul ainda não tem data para mediação de crise na Venezuela

A União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e o governo da Venezuela ainda não chegaram a um acordo sobre a data da visita da comissão de chanceleres da entidade que deve intermediar a crise no país. Em meio ao aprofundamento das disputas entre o chavismo e a oposição, Caracas informou que receberá ajuda brasileira para reorganizar o sistema de distribuição de alimentos no país, alvo de críticas nos últimos meses. Segundo o chanceler brasileiro, Mauro Vieira, a Unasul negocia com o governo venezuelano, mas ainda não há previsão para que o encontro aconteça.



**broadcast
web**

A solução ideal para **VOCÊ**, pessoa física, operar no mercado e integrar-se à maior comunidade financeira do país.

broadcast
credibilidade • cobertura • comunidade





GERAL

Assassinato de mulher será crime hediondo

Com a presença da ministra da Secretaria de Política para Mulheres, Eleonora Menicucci, a **Câmara dos Deputados** aprovou ontem o projeto que define feminicídio como circunstância qualificadora de homicídio. Dessa forma, o assassinato de mulher por condição de sexo passa a entrar na lista de crimes hediondos. Hoje, estima-se que ocorram mais de dez feminicídios por dia no País. O projeto vai para sanção presidencial. De acordo com o texto, considera-se razão de gênero quando o crime envolver violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição da mulher. A punição para homicídio qualificado é de reclusão de 12 a 30 anos. A pena para homicídio simples é de 6 a 20 anos.



JULIE RODRIGUES/REUTERS

STJ reconhece direito de pensão alimentícia para gay

A 4.ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu ontem, por unanimidade, o direito de um dos parceiros de uma união gay pedir pensão alimentícia após a separação. O ministro Luis Felipe Salomão, relator da decisão, afirmou que "não há como excluir o casal homossexual da lei" e "não se pode analisar esse caso sob a ótica do preconceito". O recurso chegou ao STJ após o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) se recusar a analisar o pedido de pensão ao autor da ação, cujo nome não foi divulgado, uma vez que o processo corre em segredo de Justiça. Ele se separou de seu parceiro, com quem viveu por 15 anos. Sem emprego e portador do HIV e de hepatite crônica, disse não ter condições de se sustentar sozinho.

Multa da água em São Paulo emperra na região metropolitana

Proposta pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB) como uma das medidas para enfrentar a crise que ameaça o abastecimento na Grande São Paulo, a minuta de projeto de lei municipal que estabelece multa para quem desperdiçar água potável foi ignorada por prefeitos e vereadores da região metropolitana. Levantamento feito pelo Estado mostra que nas 30 maiores cidades da região, incluindo a capital, o projeto de lei não avançou nas Câmaras Municipais. Na maioria dos casos, a proposta nem sequer foi enviada pelo prefeito ao Legislativo.

DESTAQUES DA IMPRENSA

Em 2015, USP, Unesp e Unicamp terão R\$ 203 milhões a menos

A USP, Unicamp e Unesp devem receber R\$ 203 milhões a menos do que o previsto em 2015. A estimativa é do próprio governo estadual de São Paulo, responsável por repassar dinheiro às instituições. Somados, os orçamentos das três universidades para este ano eram de cerca de R\$ 9,2 bilhões. Com o cenário mais pessimista, as universidades reduziram ainda mais os gastos de custeio. A previsão consta no decreto de contingenciamento de despesas dos órgãos estaduais, publicado pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB) em janeiro.

Sem licitação, Prefeitura de SP contrata entidades de aliados

Entidades de aliados políticos suspeitas de irregularidades estão entre as beneficiadas por contratos sem licitação feitos pela Prefeitura de São Paulo, de acordo com reportagem do jornal Folha de S.Paulo. Um dos exemplos apontados pela reportagem é a Feplam (Federação Paulista de Lutas e Artes Marciais), que assinou R\$ 1,6 milhão em convênios. O presidente da entidade é cabo eleitoral do vereador e medalhista olímpico Aurélio Miguel (PR).

ESPORTES

Corinthians joga pela liderança

O Corinthians tentará tirar proveito da punição imposta pela Conmebol ao San Lorenzo que proíbe a entrada de torcedores na partida de hoje no estádio Nuevo Gasômetro, em Buenos Aires, para conquistar a segunda vitória seguida na Libertadores e se isolar na liderança da chave. O San Lorenzo terá de jogar com portões fechados porque na segunda partida da final da Libertadores de 2014 a sua torcida utilizou sinalizadores e chegou a forçar a paralisação do jogo contra o Nacional, do Paraguai. O time argentino tem ótimo retrospecto quando atua com o apoio da sua fanática torcida. Na campanha do título da Libertadores do ano passado, por exemplo, o time jogou sete vezes em casa, venceu seis e empatou uma.

Wesley veste a camisa do São Paulo



FELIPE RAULSTAD

Ex-jogador do Palmeiras, **Wesley** foi apresentado ontem como novo reforço do São Paulo. Logo depois de vestir pela primeira vez o uniforme do clube, ele revelou que o acordo foi firmado no ano passado, embora o anúncio oficial tenha sido apenas no domingo, dia seguinte ao término do contrato dele com o Palmeiras. "Logo depois que acabou o Campeonato Brasileiro, sentei com a minha mulher e decidi tomar essa decisão (de mudar de clube). Precisava de um novo desafio."

Votação fica para a semana que vem

A votação da Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte foi adiada para o dia 11 por causa de divergências provocadas por um substitutivo apresentado pelo deputado Vicente Cândido (PT-SP). O texto foi retirado da pauta após mais uma reunião entre parlamentares e dirigentes de clubes. As propostas básicas da lei foram mantidas, mas alguns pontos do substitutivo desagradam ao governo, como o prazo de 240 meses para o refinanciamento da dívida dos clubes - o texto original limita o parcelamento a 180 meses. Cândido diz que fará ajustes no texto até a votação no dia 11, mas não há previsão de um novo encontro para apresentar as alterações antes da apreciação pelo Plenário.

Editor Chefe: João Caminoto • Central de Atendimento: (DDG) 0800 011 3000 • e-mail: atende.ae@estadao.com

Assinaturas: (DDG) 0800 016 13 13 - (011) 3856-2855 • e-mail: comercial.ae@estadao.com

O AE Newspaper traz informações da Agência Estado, do jornal O Estado de S. Paulo e de outros veículos de comunicação.

broadcast
credibilidade • cobertura • comunidade

**CONTEÚDO
NA MEDIDA CERTA
PARA SEU NEGÓCIO!**



ESTADÃO conteúdo

by **AGÊNCIA ESTADO**

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Grande São Paulo: (11) 3856.3500 ou (11) 3856.2079

Demais localidades: 0800 011 3000

www.ae.com.br/faleconosco



FACEBOOK.COM/ESTADAOCONTEUDO